

Os panfletários da República: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista

Lincoln de Abreu Penna

O propósito deste ensaio é o de revelar o papel cumprido por três órgãos da imprensa durante a campanha “O petróleo é nosso”. Trata-se do *Jornal de Debates*, do *Emancipação* e da revista *Fundamentos* que coexistiram ao longo da década que se estende de meados de 1940 a meados de 1950. Os jornais têm como característica básica o fato de terem opinião fortemente vinculada a uma concepção nacionalista. Seus responsáveis eram jornalistas e profissionais liberais, no caso do *Debates*, militares positivistas, ativistas políticos e intelectuais a predominarem no *Emancipação*. Quanto a *Fundamentos*, de inspiração mais doutrinária, reunia da mesma forma um grupo de intelectuais ideologicamente mais engajado.

Há uma intenção que não pode ficar oculta na divulgação deste ensaio. Refiro-me ao fato de que neste ano transcorre o cinquentenário de criação da Petrobras, resultado decisivo do movimento que aglutinou setores expressivos da elite cultural e política do país, bem como contingentes sociais do mundo do trabalho. E ao registrar essa efeméride pretende-se igualmente rediscutir a atualidade do tema que marcou tão profundamente aqueles anos da metade do século passado. Recorro à expressão *panfletários*, para designar os articulistas que produziram as mais candentes manifestações jornalísticas, porque penso que é necessário repensar o próprio conceito de panfleto, freqüentemente visto com um forte conteúdo pejorativo e jamais como um gesto de afirmação contundente de algo que se acredita e se deseja concretizar.

Com vistas a orientar o leitor menos familiarizado com o tema, dividi o presente texto em duas partes. Na primeira, algumas considerações acerca do significado que aqui empresto ao vocábulo panfleto, e sua aplicação aos jornais que foram objeto dessa reflexão histórica. Na segunda parte, informações sobre o discurso político e ideológico do conteúdo dos referidos jornais, com referência a passagens que melhor ilustram a interpretação sugerida pelo autor. Nesta parte, que ocupa um espaço maior do texto, inclui-se uma breve abordagem de cunho conclusivo,

alguns paralelos que possam revelar a especificidade no trato da matéria comum desses veículos e de como foram capazes de tornar o discurso panfletário pleno de informações úteis ao público leitor sobre um assunto pouco difundido entre nós.

Panfleto e panfletários: uma discussão

A *origem* do vocábulo parece encontrar-se no século XII, na Inglaterra, por ocasião da circulação de *um pequeno poema de amor*, anônimo e escrito em latim com o nome de *pamphilus*, cuja popularidade levou a palavra a ser traduzida para o inglês *pamphlet*. Ganhava, desse modo, o sentido de texto menor em oposição às grandes obras. Não tardou em adquirir o sentido de propaganda política representativa de ideários ou concepções ideológicas. Usado no sentido de manifestação que reflete *impulso instintivo*, com o propósito de divulgar idéias que não encontram receptividade nos canais institucionais, sua forma obedece, em sua versão mais comum, a literária, uma *orientação direta*, sem rodeios. Em geral, possui um caráter agressivo, por vezes acusativo. Através desse método, seu autor busca atrair eventuais adeptos à sua causa, a despeito do caráter contundente em que se apresenta o conteúdo dessas idéias.

De *formato reduzido*, normalmente circunscrito a poucos parágrafos, o panfleto além de incisivo *costuma ser didático*, claro em argumentações e suficientemente conciso, de maneira a permitir não só uma *leitura rápida* e compreensível do texto, como produzir em quem o lê o *impacto imediato*. Ao longo da história das idéias essas características não mudaram no que diz respeito aos aspectos formais. Um *elemento constante* que se encontra presente nos panfletos, necessariamente políticos, é a *ideologia*. Pode-se dizer que o *panfleto é a forma mais significativa de se irradiar os conteúdos ideológicos*, não importa a natureza da ideologia que está sendo veiculada. Tampouco importa o lugar e as condições em que se produz o panfleto. Seja em meio a processos revolucionários, em movimentos sociais¹ organizados ou espontâneos, ou ainda em manifestações que tenham por objetivo expressar interesses corporativos ou classistas.

Podemos *classificar os panfletos em três modalidades principais*: os que retratam *perspectivas coletivas*, próprias aos movimentos sociais; os que refletem *perspectivas político-partidárias*; e, os que *traduzem visões de mundo de indivíduos* que se batem em prol de bandeiras com as quais sinalizam a inserção social dessas individualidades. Neste último caso, essa modalidade era muito freqüente até o século XIX, perdendo sua importância a partir do século XX. Se nos dois primeiros casos o panfleto é um dos muitos instrumentos de ação política, no último, o das visões de mundo individualizadas, trata-se de seu único meio de ação política. Isso fica muito claro se tomarmos a imprensa como veículo mais comum de manifestação panfletária. *Os primeiros jornais*, ainda artesanais, centrados em torno de seu fundador, *eram considerados*

verdadeiros panfletos. Logo, a produção dos panfletos políticos situa-se, em sua origem, nos primórdios da produção dos grandes discursos políticos.

No caso brasileiro, a presença de panfletos foi muito comum na imprensa artesanal, aquela imprensa produzida por um indivíduo portador de uma idéia ou filosofia, que através de meios impressos, tipo folhetos regulares, deu início à imprensa no Brasil, ainda nos tempos do Brasil colonial². Mas, foi no século XIX, principalmente estimulados por movimentos sediciosos ou insurreccionais, que essa modalidade de imprensa ainda arcaica, mas vibrante e opinativa, alcançou maior notoriedade.

Com as propagandas abolicionista e republicana, reproduziram-se os panfletários, isto é, os jornalistas que faziam de suas idéias veículo de difusão desses movimentos, além de se engajarem ativamente em atos contra a ordem política. Já na República um desses panfletários, Diocleciano Martyr, com o seu *O Jacobino*, de inspiração jacobina e lusófona, recuperou essa tradição dando início ao jornalismo engajado em torno ou de personagens e líderes de ocasião ou de doutrinas políticas e ideológicas. Como ativo panfletário esteve envolvido no episódio que resultou na morte do ministro da guerra do presidente Prudente de Moraes, alvo de uma tentativa golpista de florianistas radicais.³ Seu exemplo, inspirou outras publicações, tendencialmente panfletárias, sem as conseqüências desastrosas de sua ação política.

Na década de 1940 surgiram outros veículos de imprensa cujas características, longe de se situarem no mesmo espaço do panfleto de Martyr, não abriam mão do tom conseqüente na defesa de suas teses fundamentalmente de inspiração nacionalista, elo mais perceptível que os ligavam ao panfletário *O Jacobino*. Foi o caso do *Jornal de Debates*, de Mattos Pimenta, Mário Britto e Plínio Cantanhede, assim como o do *Emancipação*, do general Felicíssimo Cardoso e do coronel Hildebrando Pereira e *Fundamentos*, de Monteiro Lobato. É o estudo dessas folhas o que se propõe neste ensaio, que elevaram o papel do panfleto ao patamar mais alto de sua função política e ideológica, situando-o no processo de afirmação da soberania nacional. Contudo, foi o jornalista Mattos Pimenta quem melhor representou a tradição panfletária. Articulista atento às questões que o país atravessava no imediato pós-segunda guerra mundial, Mattos Pimenta propugnou por causas importantes como a do monopólio estatal do petróleo, antes mesmo da campanha que resultou na criação da Petrobras. Nesta campanha, procurou aproximar os militares positivistas dos comunistas, e criou um Partido Socialista do Brasil, antes mesmo da fundação de seu similar, o PSB. Já Monteiro Lobato, como se verá, reuniu as características do panfletário e do pedagogo, síntese que pode, em alguns casos, como o dele, configurar o ideólogo.⁴

Mais recentemente, foi o *Pasquim* o órgão que mais se aproximou dessa tradição panfletária, embora seu intuito fosse burlar, tanto quanto possível, as severas recomendações dos censores, numa época em que a censura estava – mais do que

seu costume – inteiramente associada à repressão política durante os anos de Ditadura Militar pós-64. A resistência a estados nos quais o exercício da política em seu sentido mais amplo é ameaçado ou constrangido por força de expedientes repressivos marca, quase sempre, o surgimento de um tipo de discurso panfletário, porque é desta maneira que o poder vigente qualifica o que lhe é contraditório. Este recurso de qualificar um ato de algo que o banaliza, tem o objetivo exatamente oposto, o de desqualificar perante a opinião pública qualquer interlocução.

Os gregos já consideravam que certos vocábulos que continham idéias que lhe são opostas afirmam-se precisamente em razão dessa contradição⁵. Assim é o panfleto, ele representa o lado que se opõe, a contraface daquilo que pretende ser o certo sendo, portanto, o seu lugar o lugar do erro, do desvio ou da banalidade desprezível como toda banalidade. É acusatório, ousado e direto porque seu compromisso é com a verdade que julga estar mascarada pelos que exercem o poder de classificar os comportamentos e as opiniões, justamente porque detêm o mecanismo que lhes confere essa faculdade que é o poder político.

O contexto de Debates, Emancipação e Fundamentos

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e o término do Estado Novo, um novo cenário abria-se para o mundo e para o Brasil a sinalizar duas questões comuns que passariam a conviver no imediato pós-guerra, seja nas relações internacionais, seja no âmbito nacional de praticamente todos os países direta ou indiretamente afetados pelos rumos dos acontecimentos. Essas questões eram: a reconstrução das economias e a conseqüente busca de estratégias a serem adotadas por seus dirigentes, de um lado, e a institucionalidade dos governos para fazer face a ameaças de novos embates, agora monitorados pela lógica de um outro conflito, a que se convencionou chamar de Guerra Fria.

No Brasil, os ventos liberalizantes e democráticos ensejaram inúmeras confabulações no seio das forças políticas recém-saídas de um regime centralizado ditatorialmente embora modernizador no que se refere às novas regulações entre capital e trabalho, bem como às políticas voltadas para a necessidade do país, era o momento de um impulso definitivo na direção de sua soberania plena em matéria de desenvolvimento de suas forças produtivas. E é neste cenário, onde a ambigüidade de um regime como o Estado Novo deixara seqüelas ruins e auspiciosas ao mesmo tempo, porque combinou a repressão e a defesa de teses desenvolvimentistas nacionais, que se dá o aparecimento dos dois jornais objeto de nosso estudo, bem como da revista.

O Jornal de Debates surge em 1946, ano em que se ultimava a elaboração da Constituição que deveria substituir a Carta de Novembro de 1937 que orientou o Estado Novo. Surgia, pois, contaminado pelo espírito de legalidade, de liberdades

democráticas garantidoras, inclusive, da legalidade do Partido Comunista do Brasil. E o caráter desta conjuntura se encontra explicitado no “Programa” que Debates expôs em seu primeiro número, de 29 de junho daquele ano tido como o da redemocratização. Cabe reproduzi-lo porquanto seu conteúdo encerra um conjunto de questões que irá defini-lo nos meios jornalísticos da época.

A liberdade de pensamento, o livre debate das idéias, é fundamental para o progresso e o aperfeiçoamento dos povos. Mas tal liberdade só se realiza pelos meios normais de divulgação: imprensa, rádio, etc.

Acontece, porém, que esses meios se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, isto é, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos.

O pensamento político-econômico-social, torna-se, assim, menos um instrumento de indagação da verdade em prol do conhecimento científico e do bem público, do que um defensor de interesses particularistas dos que dispõem de poder econômico.

Este jornal apresenta-se como uma tribuna absolutamente livre que agasalha toda e qualquer idéia, manifestada com proficiência sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, não importando a cor política, a escola filosófica e o credo religioso dos autores. Não abriga, porém, ataques pessoais, diretos ou indiretos, nem injúrias, claras ou veladas, porque idéias só se destroem com idéias.

Pelo debate, polêmica e controvérsia, em alto nível, pelo acolhimento imparcial de todas as correntes de opinião, este jornal pensa concorrer para o desenvolvimento da democracia no Brasil.

Aqui, com efeito, todos terão iguais oportunidades de manifestar livremente seu pensamento, sem nada pagar: para o JORNAL DE DEBATES idéias são bem comum, patrimônio social.

Ideário radical democrata, o JD jamais escondeu suas afinidades com a esquerda e os preceitos socialistas, a julgar, pelo menos, pelas mãos de seu principal criador e articulista Mattos Pimenta, que expunha com toda nitidez suas convicções a respeito. Há, no entanto, um traço que marcaria definitivamente o JD, bem como os dois outros. Refiro-me ao antifascismo. Talvez tenha sido esse traço o mais constante desse jornal juntamente com a preocupação que vai revelar quanto à necessidade de uma aproximação entre comunistas, socialistas e militares positivistas em torno da bandeira da soberania nacional e, mais tarde, do monopólio estatal do petróleo no Brasil.

Se durante o ano de 1946, o JD deteve-se acerca das questões políticas e institucionais sustentando de forma clara o retorno de Getúlio Vargas assim como

se rejubilando pela liberdade de Prestes e dos comunistas, o ano seguinte dedicou-se quase plenamente a persuadir seus leitores sobre a importância do domínio do petróleo sob forma de monopólio estatal. Foi, sem sombras de dúvida, o instrumento principal da campanha que começa verdadeiramente no ano de 1947. Adota uma fórmula de relacionamento com seus leitores das mais interessantes ao torná-los participativos através de perguntas a versar em torno da problemática nacional. A questão do petróleo e sobretudo as denúncias de interferências da Standard Oil, empresa monopolista de maior vulto no mundo da indústria petrolífera no país, eram constantes, como constantes se tornariam as convocações aos brasileiros para cerrarem fileiras na defesa de nossos recursos.

A querela travada no seio das fileiras militares entre nacionalistas e entreguistas, isto é, os defensores da presença ativa do Estado no controle da exploração, refino, transporte e comercialização, contra os que sustentavam a necessidade do aporte de recursos técnicos e financeiros dos Estados Unidos, em torno de duas figuras a representar essas duas posições, respectivamente os generais Júlio Caetano Horta Barbosa e Juarez Távora, era matéria freqüente do JD. O esforço de unificar essas tendências em torno de um projeto que pudesse expelir a eventual presença de empresas estrangeiras malogrou ao longo do ano de 1948. Mas desde o início deste ano Mattos Pimenta, o mais prolixo e contundente panfletário do Jornal em editorial cujo título era “Funerais da Soberania Nacional”, assim se posicionava:

A questão do petróleo nacional é de vida ou de morte para o Brasil, segundo a opinião dos políticos, técnicos, juristas e todos os que têm versado o assunto. Petróleo é faca de dois gumes: fator de emancipação econômica e felicidade do povo, como o foi para os Estados Unidos; causa de escravização política e desgraça do povo, como o foi para o México e a Venezuela e está sendo, ainda hoje, para a Indonésia, o Iraque e o Irã.⁶

Na mesma ocasião, um outro militar não deixava por menos ao afirmar que o “nosso petróleo é tão importante para a defesa nacional quanto nossas forças armadas”.⁷ Foi nesse clima de entusiasmo cívico que foi fundado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, o CEDPE, através de Manifesto ao Povo Brasileiro, subscrito por seus fundadores, militares e civis, e que conclamava o povo à “uma deliberação decisiva sobre os destinos de nossa pátria, que todos desejamos ver forte, engrandecida, próspera e respeitada.” E acrescentam, numa previsão bem fundada se olharmos retrospectivamente de forma crítica: “Do caminho que escolhermos, agora, na exploração das riquezas petrolíferas do Brasil, vai depender não só a sorte das gerações futuras, como a sorte da própria soberania nacional”.⁸

O vigor com que se iniciava a campanha “O petróleo é nosso” contagiara não apenas a caserna, mas igualmente os segmentos sociais mais ativos como os estu-

dantes, que através da União Nacional dos Estudantes, a UNE, desbravava a bandeira do monopólio e da luta antiimperialista, como categorias profissionais reunidas em seus órgãos representativos, tais como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) dentre outras que formarão, até meados da década de cinquenta, dezenas de organizações a empunharem com disposição os temas mais caros dessa campanha. A alusão a figuras do passado que por terem se confrontado com forças a ameaçarem a soberania nacional passaram a merecer a evocação do JD. Assim, em novembro de 1947, Francisco de Paula Machado escrevia um artigo cujo título era: “Precisa-se de um Floriano”. Depois de listar um conjunto de problemas não resolvidos e profundamente constrangedores, lembra as atitudes do Marechal Floriano Peixoto em seu governo enfrentando especuladores e pressões estrangeiras, e termina: “Que contraste desolador com o que se passa presentemente em nossa pátria, esse que oferece Floriano como estadista conseqüente, que soube governar com o povo e para o povo!”⁹

De novo, nas páginas desse mesmo Jornal, em abril do ano seguinte, é invocada a figura de Floriano. Desta feita o autor expõe a rejeição do então Presidente da República diante da presença de interesses representativos do capital estrangeiro, tema, por sinal, muito discutido nos anos em que se deu a campanha do monopólio estatal do petróleo entre nós. Neste artigo, o articulista revela os momentos que precederam a substituição de Deodoro da Fonseca por Floriano à frente do primeiro governo constitucional do regime republicano. Tratava-se de um decreto de arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil à Casa Krupp, empresa alemã, por um período de 50 anos. A assinatura do referido decreto presidencial foi para a tipografia com vistas à publicação no Diário Oficial, mas foi impedida por Floriano, segundo relatara os responsáveis pelo jornal “Floriano Peixoto” que circulava em apoio ao então vice-presidente da República.¹⁰ Esta mesma fonte – cuja suspeição é discutível porque não mereceu reparos à época de Deodoro nem de seus amigos – reproduziria o diálogo que resultaria na ascensão do *Marechal de Ferro*, como ficaria conhecido. Eis o teor desse presumível diálogo:

- Então Manuel (Deodoro) já leste o Diário Oficial de hoje?
 - Não, por que?
 - Porque o Decreto de arrendamento da Estrada de Ferro Central do Brasil não foi publicado.
 - Oh, não foi?
 - Não porque eu em teu nome mandei retirar o respectivo original.
 - E como fizeste isso?
 - Assim,.... e relatou o fato. Não sabes tu que cilada te armaram com isso. Esta coisa vergonhosa foi defendida por A,B, e C. E.
- E Floriano continuou discorrendo sobre a negociata. A certa altura, Deodoro,

indignado, disse: “Quanta coisa!...Floriano, toma conta disso. Passo-te o governo, vou renunciar. De fato, no dia seguinte, 23 de Novembro (de 1891) Deodoro renunciou.¹¹

Não era por mera adoração aos gestos tidos como patrióticos de Floriano Peixoto que os ativistas da luta em prol do monopólio estatal do petróleo a ele se referia. O episódio da renúncia de Deodoro cuja descrição conferia ao ex-primeiro presidente republicano um caráter de impotência diante das artimanhas dos grupos que operavam seus interesse no Brasil, tinha um endereço certo, o presidente Eurico Gaspar Dutra, cuja patente de oficial do Exército e seu passado longínquo como um dos rebelados cadetes da Escola Militar no início do século XX em nada ajudavam em face de sua postura de indiferença comprometedora. Afinal, a Standard Oil agia com desenvoltura, o que tornava a analogia com os tempos do também oficial do Exército e presidente da República Floriano algo tentador para os propagandistas da campanha, dentre eles os panfletários reunidos na redação do JD.

Mas não era só com relação às autoridades do país que os panfletos incisivos do Debates se dirigia. Eles não eram menos contundentes com a própria imprensa, ou melhor, com a grande imprensa daqueles dias. Situação que começara a mudar por ocasião do engajamento da imprensa em geral aos esforços com vistas à implantação da indústria petrolífera no país. As diferenças entre eles não era, todavia, esquecida já que estavam quase todos só comprometidos com processos eleitorais e não com a discussão de projetos nacionais. E residia aí a grande diferença da imprensa de opinião ou simplesmente panfletária, tal como aqui a estamos considerando e a imprensa que se julgava de informação. E esta diferença estava na conjugação que aqueles jornalistas faziam entre a defesa da exploração do petróleo pelo Estado e a nossa soberania nacional, já que esta associação era particularmente cara aos seus colaboradores. Sob o título “O Petróleo é Nosso”, a matéria que se segue, de autoria de Mattos Pimenta, foi a responsável definitivamente pela popularização da campanha.

Todos os grandes órgãos da imprensa brasileira – O Globo, o Correio da Manhã, o Diário de Notícias e outros prestigiosos diários – passaram, finalmente, a cuidar, com assiduidade e melhor conhecimento, do magno problema da extração e da industrialização do petróleo no Brasil, desprezando as tricas da politicagem e da sucessão presidencial, que tanto absorviam, sem proveito, a atenção pública.

O Globo e o Diário de Notícias já tomaram posição clara e definitiva a favor da exploração e da industrialização do petróleo pelo governo. Podemos afirmar, sem o menor receio de contestação, que esse é, também, o pensamento do brigadeiro Eduardo Gomes já expresso pessoalmente, embora não divulgado pela imprensa.

(...)

O povo, especialmente, a classe estudantil e o proletariado, levantou, então, a bandeira de “O Petróleo é Nosso”, provocando um largo movimento de União Nacional, de Frente Única Popular, com elementos de todos os partidos políticos, inclusive do Partido Comunista.¹²

Sem dúvida, coube ao movimento estudantil, tendo à frente a UNE, empurrar a bandeira do monopólio estatal juntamente com algumas lideranças sindicais e operárias, antes mesmo que os comunistas através de seu partido tivessem finalmente se convencido da inevitabilidade da participação do Estado na empreitada que até então a perspectiva do PCB via como destinada historicamente ao empresariado nacional. Em Manifesto subscrito por todos os grêmios estudantis de São Paulo, e capitaneados pelo presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto, na sede deste, foi aprovada a Campanha Universitária de Defesa do Petróleo Nacional. O JD não só publicou na íntegra o teor deste Manifesto¹³ como a ele se referiu diversas vezes.

Contudo, entre os anos de 1949 e 1953, o JD enfrenta dificuldades no que tange à manutenção da unidade de ação no campo progressista. Seu principal redator, Mattos Pimenta, já não lograva juntar militares positivistas, lideranças comunistas, sindicalistas de tendência nacionalista e demais forças políticas em defesa de teses estatizantes e próprias a ajustar-se à idéia de um grande esforço nacional e emancipador. Questões políticas e ideológicas, mas sobretudo de natureza tática irão esgarçar essa unidade. A expulsão de Mattos Pimenta e seu grupo do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo “sem qualquer anúncio prévio” segundo lamentava em matéria no JD¹⁴, abriria uma fenda que jamais seria fechada. Esse rompimento está vinculado à mudança da política comunista da União Nacional, da qual Mattos Pimenta e seu grupo partilhava, e a adoção de uma nova orientação cada vez mais dura contra os governos Dutra e Vargas, bem como contra os antigos aliados comunistas.

As vacilações do presidente Vargas no que se refere a matéria do monopólio estatal do petróleo era comparada a dos comunistas, apesar de naquela época ambos fossem absolutamente distintos. Segundo o jargão panfletário do JD, a “Petrobras” é cópia servil do projeto de lei comunista apresentado em 25 de junho de 1947.

Em emenda apresentada à Constituição sob o número 3.259 (Anais, volume XVI, página 94), assinada por Luiz Carlos Prestes, Alcedo Coutinho, Maurício Grabois, Trifino Corrêa, Gregório Bezerra, Alcides Sabenca e Carlos Marighela, isto é, pela bancada comunista esta pleiteava que se concedesse aos estrangeiros *independentemente de seu domicílio no território nacional*, o mesmo direito concedido aos brasileiros na exploração do nosso petróleo, desde que tais estrangeiros declarassem “considerar-se como nacionais e não invocar a proteção de seu governo no que se refere às mencionadas autorizações ou concessões”.¹⁵

No que se refere ao Emancipação, que se intitulava, “Órgão dedicado à defesa da economia nacional”. Jornal que veiculava os propósitos da Liga de Emancipação Nacional, LEN, cujas resoluções de 48 e 51 reafirmavam o princípio da soberania nacional. Igualmente vinculado à luta pelo monopólio do petróleo, este Jornal publicava com regularidade as análises do Departamento de Estudos da LEN. Em novembro de 1955, que coincidiu com a grave crise política e institucional que o país viveu, o Emancipação fez chegar aos seus leitores os pontos básicos de defesa da Petrobras depois de seu primeiro ano de existência, e ao mesmo tempo “nortear a conduta do movimento patriótico”. São os seguintes os pontos:

1. A luta de defesa do petróleo deve visar acima de tudo, o combate frontal aos trustes norte-americanos, que são inimigos principais da lei nacionalista brasileira, beneficiários de sua liquidação.
2. A solução patriótica, que merece o entusiástico apoio de todos os brasileiros, está contida, no fundamental, na lei número 2004, que criou a Petrobras. Assim sendo, cabe aos patriotas esclarecer a todas as camadas sociais porventura equivocadas, sobre o real sentido progressista da Petrobras, fruto das gloriosas lutas de nosso povo.
3. Para fazer avançar a política de defesa dos interesses nacionais contra os trustes do petróleo, urge corrigir as falhas na lei número 2004. Entre outros aspectos, devemos lutar pela imediata nacionalização do comércio atacadista do petróleo e pela ampliação futura dos recursos em mãos da Petrobras.
4. É decisivo o papel da opinião pública para a vitória da Petrobras contra os seus inimigos. Cabe ao movimento de emancipação levar ao povo, às organizações populares, sindicais, culturais, aos técnicos e homens de negócios, a todos os brasileiros, as idéias e teses justas para a solução do magno problema.¹⁶

Um mês após o suicídio de Vargas, o Emancipação denunciava em edição extra as tentativas de interferência nas eleições previstas para o ano seguinte. Sempre respaldado na LEN advertia em sua manchete extraordinária “Derrotar o governo golpista e o imperialismo ianque!”¹⁷ O governo golpista era o de Café Filho, vice-presidente no exercício da presidência, que mais tarde se saberia estar envolvido com os golpistas de novembro de 1955. Atravessou toda a crise na expectativa de impedir qualquer assalto à conquista da Petrobras então ainda uma incipiente empresa estatal, não obstante o símbolo que ostentava como empresa nacional e, por conseguinte, carro-chefe de uma política nacional e desenvolvimentista que orientava os setores progressistas e populares no país.

Ao contrário do JD, o Emancipação era um jornal que reunia a opinião articuladamente com o movimento político organizado em torno da LEN. Se o JD permanecera o tempo todo na trincheira exclusiva da imprensa, o outro se tornara

porta-voz de uma corrente nacionalista e ativa na conscientização da opinião pública através de iniciativas que o jornal repercutia. É verdade que o JD também programava eventos com vistas a despertar o sentimento patriótico de setores mais sensíveis à sua pregação, todavia não era órgão de entidades ou organizações políticas ou cívicas, de associação ou organização social, senão dele mesmo enquanto canal impresso de opinião e difusão de ideários, o que sabia fazer e fazia bem.

Se esses dois jornais panfletavam a causa do monopólio do petróleo entre outras manifestações de defesa da soberania nacional, a revista Fundamentos tinha uma postura que se identificava com eles mas incorporava outros aspectos que precisam ser salientados. Em seu número inicial, de junho de 1948, seu Redator-Chefe, Monteiro Lobato assim escrevia sob forma de um editorial:

O mundo todo assiste e vive a luta entre o progresso e o obscurantismo. O choque culminante de 1939-45, não conseguiu arrancar, em muitos países, as raízes antidemocráticas.

FUNDAMENTOS se propõe proporcionar, com a cooperação de todos os intelectuais democratas, honestos e conseqüentes, o material necessário ao pensamento racional e objetivo, e assim contribuir para a análise dos problemas básicos do Brasil e para a compreensão do presente momento histórico no mundo.¹⁸

Os termos iniciais desse texto de apresentação dos propósitos da revista enfatizava a racionalidade, aparentemente o oposto do discurso panfletário tido, pelo senso comum, como irracional ou simplesmente emocional. Acontece que o que realmente o caracteriza é a ênfase na defesa de princípios ou teses que seu autor abraça. Pelo menos foi dessa maneira que um dos conhecedores do trabalho intelectual e político de Monteiro Lobato, a quem coube escrever as linhas expostas no referido editorial, considerou o papel do autor de *Urupês*. Com o título de “Lobato Panfletista”, Afonso Schmidt expôs em artigo sua avaliação. No último parágrafo seu testemunho é contundente.

Quem estuda sua obra vê que ele foi unicamente panfletista. Começou pelo “Jéca Tatu”, acabou pelo “Zé Brasil”. Entre ambos há um curso de evolução política que durou quarenta anos. Vai da simples constatação das nossas deficiências à proclamação formal da luta entre o latifundiário Tatuira e o coitado do Zé Brasil, descalço, sub-alimentado, opilado, analfabeto, sem vintém, sem um palmo de chão, sem direito e sem liberdade. Esse incrível Zé Brasil que é perseguido e humilhado pelos taturas nacionais e estrangeiros, pelos que o exploram, pelos que lhe arrebatam a terra, o ferro, o petróleo, o trabalho e tudo aquilo que é indiscutivelmente seu – mas que ele ainda não tem forças para defender.¹⁹

Diversificado em suas matérias, Fundamentos contou com colaboradores respeitados e compromissados com os grandes temas nacionais, tais como Astrojildo Pereira, Caio Prado Júnior, Paschoal Lemme, Jacob Gorender, entre outros. Todos, no entanto, típicos representantes de uma intelectualidade orgânica, na medida em que ou eram membros do PCB ou a ele ligados politicamente. Tal situação revela o quanto os comunistas prosperaram no seio da intelectualidade brasileira, principalmente depois do término da Segunda Guerra Mundial, ocasião em que a referência ao papel desempenhado pelos soviéticos na guerra antifascista tornara-se recorrente manifestação de regozijo de democratas e progressistas que haviam se irmanado aos comunistas e socialistas em todo o mundo.

Diferente do tom panfletário de um Mattos Pimenta ou de um Horta Barbosa, dado que o primeiro centrava seu tom na mais pura ira de um indignado defensor das coisas públicas, ao passo que o outro procurava fomentar suas teses nacionalistas à luz de argumentos técnicos embasados politicamente, Monteiro Lobato combinava ambos os instrumentos. Era contundente na crítica, por vezes mordaz, a exemplo do articulista do JD, mas em outro momento desenvolvia reflexões de modo a induzir seu leitor a pensar os problemas por ele propostos. Neste sentido eram três panfletos com características distintas mas não tão equidistantes entre si, pois através de caminhos diferentes buscavam denunciar a mácula que elites inescrupulosas produziam ao privilegiar tão-somente seus interesses e deixar de lado os de caráter nacional. Logo, eram também, eles e seus órgãos de imprensa, republicanos que labutavam pela republicanização do país, no que este termo guarda de mais essencial do ideário da república.

Mas a melhor definição para a contribuição do discurso panfletário nos periódicos que sustentaram idéias nacionalistas, progressistas e reformistas em meados do século passado é a de Vivaldo Cruz, que em Fundamentos escreveu “Lima Barreto, o Precursor”. A análise que faz deste escritor pode ser transferida, guardadas sempre as circunstâncias de época e lugares, para os emancipacionistas nacionais, os defensores das teses da soberania nacional que despontaram através dos órgãos de imprensa aqui examinados. Dizia o articulista desse ensaio:

Quando Lima Barreto publicou *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, romance de crítica cerrada aos nossos costumes políticos e administrativos, mostrando, por outro lado, o que valia o nosso ingênuo e inorgânico nacionalismo à literatura brasileira era ainda uma prenda de salão. Nela se registravam somente os atos públicos ou privados, as tendências e inclinações de uma dada classe social, isto é, a classe média ou alta. Um grande personagem sempre esteve ausente nas obras de nossos ficcionistas: o povo. Apenas no *Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, esse personagem ousou entremostrarse. Mas as próprias limitações de escola a que se apegava o autor, tornavam esse aparecimento menos espontâneo do que

fora de desejar. Nas obras de Aluizio, por isso mesmo que há um plano de escola pré-estabelecido, o povo aparece para um determinado fim. O escritor realista retrata-o, mas não se mistura com ele.

Lima Barreto, ao contrário, é um homem do povo que leva para a literatura o depoimento desse mesmo povo.²⁰

É isso que assinala a diferença essencial entre o discurso lógico e comportado de quem escreve para o público convencido de que a informação ou mesmo a opinião está cercada dos cuidados necessários para que não levem seu conteúdo para o terreno da atitude panfletária, tida esta invariavelmente como uma verdadeira contravenção literária, e o discurso que desvela o que se convencionou chamar de panfleto. Em determinadas circunstâncias o emprego do tom a combinar a razão com a indignação opera uma inquietação geralmente capaz de provocar a tão necessária reflexão, de modo a desencadear comportamentos diante de textos dessa natureza.

No que diz respeito ao contexto histórico, esse discurso panfletário de viés doutrinário, reflete, no Brasil, o que Hobsbawm denominou de “nacionalismo antifascista”²¹, cuja base é a existência de uma declarada guerra civil em dimensões mundiais e de forte componente ideológico. A conjugação do social com o nacional é uma das características dessa manifestação, que os periódicos aqui aludidos representaram exuberantemente. Como diz o historiador britânico, as forças populares, destacadamente os trabalhadores e os intelectuais engajados na luta antifascista, fizeram uma escolha *internacional*, isto é, privilegiaram a questão supranacional, como forma de luta capaz de assegurar o pleno exercício da soberania nacional.

Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB) expressa bem esse sentimento *internacionalista* que tomara conta desse universo de forças patrióticas e progressistas diante do legado deixado pela experiência dos regimes nazifascistas, ao escrever uma crônica em meados de 1948, quando uma outra guerra civil e ideológica começava a tomar conta do cenário mundial, a guerra fria.

Existe uma crise do espírito? Respondo afirmativamente. Mas como não creio no primado do espírito, acrescentarei que se trata, no caso, justamente de uma crise de superestrutura, condicionada pela crise geral que se verifica na infraestrutura econômica da sociedade em que vivemos.²²

Crise de espírito, termo que tinha por objetivo distrair estratégias de dominação de um império em construção. Crise de valores, crise dos paradigmas, enfim, a cada período do desenvolvimento caótico do sistema fundado na desigualdade social, como é o capitalismo, criam-se problematizações que visam mascarar o real. Os ideólogos do sistema tentam evadir-se da realidade mediante estratégias de dissimulação negando evidências e gerando interpretações que coloquem a humanida-

de como parceira do caos. Neste contexto é que o discurso panfletário ocupa um lugar de indiscutível importância.

Lincoln de Abreu Penna
Professor da UFRJ e da USS

Notas

1. Sobre o conceito e o significado de movimentos sociais, ver Claus Offe, *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editorial Sistema.
2. Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
3. Sobre esse período de transição dos governos militares ao primeiro governo civil da República, ver Suely Robles de Queirós, *Os radicais da República*, São Paulo: Brasiliense, 1986; Lincoln de Abreu Penna, *O progresso da ordem*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997 e do mesmo autor, *Por que somos florianistas*, Rio de Janeiro: e-papers, 2002.
4. Não me proponho a discorrer aqui sobre o conceito de ideologia por economia de espaço, mas me filio à tradição marxista. No entanto, o termo ideólogo tem neste texto o sentido de intérprete, isto é, aquele que assunta radicalmente uma questão ou tema e sobre ele busca novas possibilidades de percepção de seu conteúdo. Neste sentido, Lobato é um ideólogo porque sobretudo foi um intérprete em seu tempo.
5. Jean Pierre Vernant, *As origens do pensamento grego*, São Paulo: Difel, 1984.
6. Jornal de Debates, 05/03/48, pp. 1 e 3.
7. Brigadeiro Engenheiro Antonio Guedes Muniz, Jornal de Debates, 16/04/48.
8. Jornal de Debates, 23/04/48.
9. Jornal de Debates, 28/11/47.
10. O movimento de apoio a Floriano Peixoto foi o primeiro ato político mobilizador de correntes da opinião pública no Brasil. Além do referido Jornal, era comum circular na então capital da República folhetos alusivos à coragem pessoal do presidente em exercício. E um ano depois de sua morte foi criado o Grêmio Cívico Floriano Peixoto que funciona, ainda que precariamente, até hoje.
11. João Carlos de Albuquerque Gondim, Jornal de Debates, 30/04/48.
12. Jornal de Debates, 15/07/49, p. 1.
13. Jornal de Debates, 19/03/48.
14. Jornal de Debates, 18/02/49.
15. Jornal de Debates, 13/06/52, pp. 1 e 2.
16. Atualidades Sobre o Problema do Petróleo, Emancipação, Novembro de 1955, nº 73.
17. Emancipação, Setembro de 1954.
18. Fundamentos. Revista de Cultura Moderna, Junho de 1948.
19. Fundamentos, Setembro-Outubro de 1948.
20. Fundamentos, Maio de 1951.

21. Eric Hobsbawm. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
22. Astrojildo Pereira, “Crise do Espírito”, Revista Fundamentos, nº 2, julho de 1948.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro*. São Paulo: Nobel, 2000.
- BEY, Essad. *A luta pelo petróleo* (revisão e prefácio de Monteiro Lobato), 2. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda*. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/Fapesp, 2002.
- DUQUE ESTRADA, Rodrigo. *Petróleo no Brasil* (coleção Que é o Brasil?). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1949.
- FONSECA, Gondin. *Que sabe você sobre o Petróleo?*, 3. edição. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*, 3. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Escândalo do petróleo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1948.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O petróleo é nosso*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade. História da ABI*. 2. edição. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- O’CONNOR, Harvey. *O império do petróleo*. Prefácio do Cel. Janary Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.
- OFFE, Claus. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editorial Sistema, 1999.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1997.
- _____. *Por que somos florianistas?* Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. Lisboa: Prelo Editorial, 1976.
- QUEIRÓS, Suely Robles. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1984.

Resumo

Este artigo trata do discurso panfletário da imprensa que acompanhou e se posicionou durante a campanha em prol da exploração estatal do petróleo no Brasil. Sustenta-se aqui que o termo panfletário não deve ser entendido exclusivamente como tendo uma conotação pejorativa. Na verdade, o panfleto é um discurso indignado, movido pela motivação extremada em torno de uma causa ou um ponto de vista. Este aspecto é encontrado em três periódicos que ilustram este trabalho em homenagem aos 50 anos da criação da Petrobras.

Palavras-chave

Panfleto, República, imprensa.

Abstract

This article is about the pamphlet speech of the press that followed – and supported – the campaign for the state petrol exploration in Brazil. We support that the word “pamphlet” should not be understood only in a pejorative way. Actually, the pamphlet is an exasperated speech, impelled by extreme motivation for a cause or a point of view. This aspect can be found in three journals which illustrate this work in reverence of the 50 years of Petrobras foundation.

Key-words

Pamphlet, Republic, press.